

Mais uma **VITÓRIA** do Sintrajud

SAÍRAM OS QUINTOS!

HORA DE RECEBER, COMEMORAR E CONTRIBUIR

A Justiça Federal liberou o pagamento dos precatórios dos Quintos – passivo trabalhista que durante mais de uma década mobilizou o Sintrajud, outros sindicatos e a Fenajufe numa guerra judicial contra a União (ver abaixo).

Trata-se da incorporação dos quintos das funções comissionadas para os servidores que exerceram função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001.

Vencer essa guerra não foi fácil, pois até o último momento o governo usou todo tipo de artifício jurídico para tentar

bloquear ou atrasar o pagamento.

O momento é de comemorar, mas também de contribuir com a entidade que lutou para que os servidores obtivessem o reconhecimento desse direito. Para isso, o Sintrajud pede aos que estão recebendo os precatórios que doem pelo menos 1% do valor para o Sindicato.

As doações vão reforçar as finanças da entidade para as lutas. A categoria travou uma grande luta ao longo do ano e precisa se manter mobilizada para conquistar a recomposição salarial, e os recursos

gastos pelo Sintrajud são grandes. Basta lembrar as caravanas organizadas pelo Sindicato para levar servidores a Brasília, chegando a levar mais de 300 servidores de uma só vez, a fim de pressionar os parlamentares pela aprovação do projeto de reposição salarial, e todas as outras atividades realizadas em São Paulo com caravaneiros da Região Metropolitana, Baixada Santista e Interior do Estado.

**Com Sindicato forte,
mais conquistas virão.**

Doe para o sindicato

Banco do Brasil
Bco 001
Ag. 0018-3
C/C 535.500-1

Ou

Caixa Econômica Federal
Ag. 1004
Conta 003.00001019-6

A história dos Quintos

1997 – FHC extingue quintos

Fernando Henrique Cardoso editou a MP 1595-14, convertida na Lei nº 9527/97, que extinguiu a incorporação dos Quintos das funções comissionadas e denominava a incorporação feita até aquele momento como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

1998 – Lei resgata a incorporação

Em abril, a edição da Lei nº 9624 resgatou a incorporação ou a atualização dos valores devidos.

2001 – Volta a VPNI

Em setembro, a Medida Provisória 2.225 restabeleceu a VPNI, mas os servidores que exerceram função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001 passaram a ter direito ao pagamento dos Quintos.

2002 – Sintrajud exige pagamento

O Sintrajud entrou com requerimento administrativo exigindo o pagamento dos Quintos para a categoria

2004 – Tribunais reconhecem quintos

O Sindicato entrou com ação judicial. O Tribunal de Contas da União (TCU) era inicialmente contra o pagamento, mas os tribunais superiores reconheceram administrativamente o direito à incorporação.

2005 – Começa o pagamento

Os valores foram incorporados aos contracheques a partir de janeiro, mas ainda restava o pagamento de retroativos. Depois de um julgamento desfavorável aos servidores, o TCU mudou sua posição no segundo julgamento, em dezembro, devido a uma forte ação política. O pagamento começou no final do ano.

2014 – Primeiros precatórios

Em junho, são emitidos os primeiros precatórios, para inclusão no orçamento do ano seguinte.

2015 – União paga precatórios

Em novembro, após 11 anos de batalha judicial, os sócios do Sintrajud que têm direito ao recebimento do passivo podem comemorar essa grande vitória!



PERGUNTAS E RESPOSTAS

O que são os quintos?

São uma remuneração adicional equivalente a um quinto das funções comissionadas, paga a quem exercia funções de confiança. O valor deixou de ser incorporado em abril de 1998, mas uma tese defendida pelas entidades sindicais possibilitou a incorporação até setembro de 2001.

Quem tem direito a receber?

Todos os servidores que exerceram função comissionada por pelo menos um ano e não tinham incorporado aquela função entre os anos de 1998 e 2001.

Os cálculos são individualizados?

Sim, em 2013 a União exigiu a elaboração de precatórios individuais pelos tribunais. A JF e o TRF-3 negaram-se a apresentar os cálculos; o Sindicato precisou contratar uma empresa especializada em cálculos complexos para a elaboração dos precatórios dos servidores desses tribunais.

O processo dos quintos foi encerrado?

Não. A União não concordou com os valores apresentados pelo Sintrajud para uma parte dos precatórios dos servidores do TRF-3 e da JF. Esses são chamados de valores "controversos", para os quais a ação continua tramitando, com o acompanhamento do departamento jurídico do Sintrajud. Novos cálculos serão feitos pela contadoria da Justiça Federal, podendo gerar novos precatórios.

Quais precatórios estão sendo pagos?

Os valores "incontroversos", ou seja, parte dos valores que não foram contestados pela União, são os que estão sendo pagos neste final de 2015. Em abril, após reunião com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Conselho da Justiça Federal divulgou que os tribunais regionais federais pagarão cerca de R\$ 14 bilhões em precatórios neste ano, com liberação financeira a partir de outubro e pagamento em novembro.

Por que o pagamento não foi feito no início de novembro?

Houve uma mudança no índice de atualização da verba, que deixou de ser a Taxa Referencial (TR) e passou a ser o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E). Devido a essa alteração, o MPOG teve de complementar os valores, num total de R\$ 1,6 bi.

Como faço para receber?

Os tribunais vão abrir uma conta na Caixa Econômica Federal (CEF) ou no Banco do Brasil em nome de cada servidor que faz parte da ação. Para conferir para qual desses bancos o precatório foi enviado, os servidores devem entrar no site do tribunal, na aba de consulta aos precatórios, com o número do CPF. A partir daí, o servidor poderá ir ao banco, transferir o dinheiro para sua conta pessoal e fazer a doação ao Sintrajud.

Há precatórios a serem pagos em 2016?

Sim. Alguns servidores estão inscritos para receber o pagamento em 2016, porque a Advocacia-Geral da União (AGU) protelou e apresentou parte dos seus cálculos depois de 30 de junho de 2014.

Há precatórios a serem pagos em 2017?

Sim, pois a Advocacia-Geral da União (AGU) protelou e ainda não apresentou os seus cálculos referentes a alguns servidores.

Fortaleça a luta da categoria: doe para o Sindicato

O ano de 2015 vai ficar marcado na memória dos servidores do Judiciário Federal que protagonizaram, nacionalmente, a maior greve da história da categoria, com muita força e mobilização. Mesmo depois da manobra do governo no Congresso Nacional que manteve o veto, a luta pela recomposição salarial da categoria continua.

A luta pela reposição salarial, assim como outras da categoria, é movida pela força dos servidores, organizados pelos seus sindicatos. E o Sintrajud não poupa esforços nessa batalha – financiou a contratação de ônibus que levaram centenas de servidores em 9 caravanas para as manifestações em Brasília e que trouxeram servidores de fora da capital paulista para as assembleias e atos estaduais e garantiu hospedagens em Brasília, diárias, prestadores de serviço para estrutura das atividades, equipamentos de som,

tendas, faixas, banners, bandeiras, barracas, apitos, vuvuzelas, e outros materiais de luta e mobilização. Desta forma, entre os meses de junho e outubro foram gastos cerca de R\$ 1.270.000,00.

Além disso, o Sintrajud mantém um forte departamento jurídico, com 5 advogados, responsáveis por garantir o cumprimento legal dos direitos dos servidores, como no caso dos Quintos, que, ao longo de dez anos, contou com a agilidade, mobilização política e competência.

O Sintrajud pode mais!

No entanto, garantir tudo isso não foi fácil, exigiu esforço humano e financeiro. As contas da entidade, assim como as dos demais sindicatos que encampam a luta pelo PLC 28, ficaram praticamente zeradas.

Para garantir os próximos passos da



luta pela valorização dos servidores do Judiciário, o Sindicato pede para todos os sócios que irão receber os precatórios nos próximos dias que doem pelo menos 1% para o Sindicato.

Além disso, é importante que os servidores filiem-se ao sindicato e fortaleçam a entidade. Com o apoio da categoria, o Sintrajud pode fazer ainda mais.

Contas do sindicato
Banco do Brasil – Bco 001
Ag. 0018-3 C/C 535.500-1
Ou
Caixa Econômica Federal
Ag. 1004 Conta 003.00001019-6
Caso queira se identificar, envie uma cópia do comprovante de doação para o email financeiro@sintrajud.org.br ou whatsapp 11 976226931.

Reenquadramento: próxima conquista

Outro passivo trabalhista pelo qual a categoria vem lutando é o do reenquadramento. Após intensa mobilização da Fenajufe, do Sintrajud e de outros sindicatos, foi corrigida a distorção provocada pela Lei Federal

12.744/2012, que havia diminuído a tabela salarial de 15 para 13 padrões.

Com a portaria 4/2013, dos tribunais superiores, os servidores voltaram a ser enquadrados na classe e no padrão em que estavam antes da nova

tabela, em vez de serem rebaixados em dois padrões salariais.

Até o momento, apenas os servidores com créditos de até R\$ 5 mil receberam o passivo, devido a uma norma do Conselho da Justiça Federal (CJF).

A Fenajufe e os sindicatos cobram da Justiça Federal a destinação de recursos para que seja pago todo o reenquadramento, uma vez que os demais tribunais já regularizaram essa situação desde 2012.